

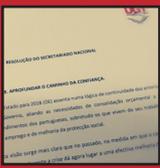
INFO UGT

Director Carlos Silva | Directora Adjunta Lucinda Dâmaso | Bimestral | ano 2017 | nº 3 | Edição : Outubro e Novembro



IGUALDADE DE GÉNERO NO 39º ANIVERSÁRIO DA UGT

Página 4 e 5 ANIVERSÁRIO



SECRETARIADO NACIONAL
O.E. 2018 - APROFUNDAR O CAMINHO DA CONFIANÇA

Páginas 6 e 7



CONFERÊNCIA
UGT DEBATE O FUTURO DA EUROPA

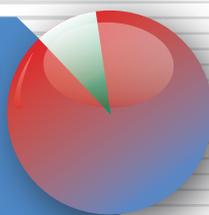
Páginas 12 e 13



EDIÇÃO ONLINE

FAÇA DOWNLOAD DA REVISTA EM www.ugt.pt

CEFOSAP



CENTRO DE FORMAÇÃO SINDICAL
E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

20 anos de formação em todo o País

UFCD - Unidades Formação Curta Duração



Centros Qualifica



Formação Contínua - Certificado Aptidão para Motoristas



Cooperação



E - Learning



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

WWW.CEFOSAP.PT

LISBOA - SERVIÇOS CENTRAIS - Rua Vitorino Nemésio, 5 1750-306 Lisboa Telefone: 218 626 040 Fax: 218 626 041 e-mail: geral@cefosap.pt

DELEGAÇÃO DO PORTO - Avenida Rodrigues de Freitas, 150 4000-416 Porto Telefone: 225 101 472 Fax: 225 188 890 e-mail: servicos.porto@cefosap.pt

PÓLO DE AVEIRO - Rua Combatentes Grande Guerra, 81 - 2º Fracção P 3810-087 Aveiro Telefone: 234 425 714 Fax: 234 423 497 e-mail: servicos.aveiro@cefosap.pt

PÓLO DE PORTALEGRE - Rua de Olivença, nº 33 - 2º 7300 - 149 Portalegre Telefone: 245 202 651 / 245 328 294 Fax: 245 203 165 e-mail: servicos.portalegre@cefosap.pt

PÓLO DE VISEU - Avenida Infante D. Henrique, nº 42 3510 - 070 Viseu Telefone: 232 467 100 Fax: 232 467 109 e-mail: servicos.viseu@cefosap.pt

PÓLO DE COIMBRA - Avenida Fernão de Magalhães, 476 3000 - 173 Coimbra Telefone: 239 151 082 Fax: 239 854 889 e-mail: servicos.coimbra@cefosap.pt



Carlos Alves
Secretário Executivo da UGT

"Celebraremos 40 anos em que ajudámos a consolidar a democracia e 40 anos em que a democracia nos deu as condições para que o sindicalismo livre e autónomo que defendemos se pudesse afirmar."

ÍNDICE

UGT

Igualdade de Género no 39º Aniversário da UGT | 4 e 5
O.E. 2018 - Aprofundar o caminho da confiança | 6 e 7
Comissão de Juventude debate os desafios do futuro | 8

Juventude

Comissão de Juventude debate os desafios do futuro | 8

Mulheres

Comissão de Mulheres promove a Igualdade e a Liderança | 9

Ala de Quadros

Elizabeth Barreiros eleita para a Comissão Executiva do Eurocadres | 10

Negociação Colectiva

A protecção social nas convenções colectivas | 11

Internacional

UGT promove debate sobre o futuro da Europa | 12 e 13
Pilar Europeu dos Direitos Sociais | 14

Sindicalismo

Segurança e Saúde no Trabalho | 15
Notícias Sindicatos | 16 e 17
Notícias Uniões | 18

Agenda | 19

FICHA TÉCNICA

Propriedade:
União Geral de Trabalhadores - NIF 501 093 982

Diretor: Carlos Silva
Diretora-Adjunta: Lucinda Dâmaso
Editor: Lúcia Macau
Redação: Maria Vieira, Miguel Marques, Teresa Cavaco, Tiago Kalidás, Vanda Fonseca, Vanda Pina
Grafismo e Paginação: Renato Nunes
Sede, Redação e Produção:
Rua Vitorino Nemésio, nº5 - 1750-306 Lisboa
tel. 213 931 200 | fax. 213 974 612
Correio eletrónico: geral@ugt.pt
Periodicidade: Bimestral
Registado da ERC: nº 126952

A publicidade publicada e/ou inserta em INFO UGT é da total responsabilidade dos anunciantes



A UGT celebra os seus 40 anos em 2018, no que constitui um marco significativo de um já longo percurso que segue em paralelo com a própria história da democracia em Portugal.

Um percurso que começou por se afirmar como uma alternativa a quem queria impôr um pensamento único no País – e, para tal, a instrumentalização do movimento sindical era central – e para afirmar que a promessa de liberdade da nossa jovem democracia se faria sentir também no dia-a-dia em todos os locais de trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras portuguesas.

Um percurso que foi marcado pela afirmação de um sindicalismo moderno que se vivia já por toda a Europa, e que por isso contou com o apoio de tantas centrais sindicais nossas congéneres, e que se afirmava como um verdadeiro poder em si e não apenas como contra-poder ou como correia de transmissão de outros poderes.

Um sindicalismo livre, autónomo, profunda e absolutamente democrático na sua essência, plenamente ciente das suas responsabilidades e tão aguerrido na luta como empenhado na construção de compromissos e consensos que permitissem a Portugal um desejado progresso económico que andasse lado a lado com uma maior justiça social.

Um sindicalismo aberto, frontal, de solidariedade, consciente de que as lutas dos trabalhadores se jogariam mais e mais no plano europeu e global e que a grande esperança de todos residiria, como sempre residiu, na unidade com o movimento sindical internacional.

Quase 40 anos desde a fundação da UGT, e mais uns quantos desde que surgiu o ensejo da sua criação, podemos afirmar que fomos e continuamos fiéis e cumprimos em grande parte (porque há sempre algo por fazer) as aspirações de todos os que – sindicalistas e trabalhadores - se uniram em torno do Movimento Carta Aberta.

Fomos a primeira organização em Portugal a afirmar claramente o seu apoio à vontade de entrada na então Comunidade Económica Europeia, estivemos na génese da Confederação Sindical dos Países de Língua Portuguesa, fomos a primeira Central sindical portuguesa a entrar para a Confederação Europeia de Sindicatos e somos – ainda hoje - a única filiada na Confederação Sindical Internacional.

Marcamos a diferença e fazemos parte de uma unidade que torna mais forte e determinada a nossa acção no plano internacional.

Mas é sobretudo no plano nacional que a UGT desenvolve e tem um papel que todos reconhecem como determinante na sociedade portuguesa.

Um papel que passa pela participação efectiva nas próprias instituições democráticas que ajudámos a fundar – fomos os impulsionadores da Concertação Social tripartida -, pela luta nas ruas e em todas sedes em que, no Portugal democrático, se joga o futuro dos trabalhadores.

Celebraremos 40 anos em que ajudámos a consolidar a democracia e 40 anos em que a democracia nos deu as condições para que o sindicalismo livre e autónomo que defendemos se pudesse afirmar.

40 anos em que conhecemos momentos difíceis mas em que estivemos sempre na linha da frente da defesa dos trabalhadores e da conquista dos direitos que todos hoje podem afirmar como seus.

40 anos em que cumprimos as promessas do passado e em que garantimos que, no futuro, poderão continuar a contar com a UGT enquanto central sindical democrática, solidária e plural •



IGUALDADE DE GÉNERO NO 39º ANIVERSÁRIO DA UGT

texto Lúcia Macau

foto Renato Nunes

A conferência inseriu-se num ciclo de iniciativas que a UGT promoveu pelo País e contou com a participação de vários oradores, entre eles o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva.

Esta foi a décima conferência dedicada ao tema “Igualdade de Género: Um desafio para a década, que se inseriu num ciclo de iniciativas que a UGT promoveu por todo o país em conjunto com o SINDITE, a Ordem dos Médicos e a Faculdade de Medicina do Porto, e que culminou no dia 27 de Outubro, assinalando o 39º Aniversário da central sindical.

A sessão foi presidida pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Sil-

va, que no seu discurso afirmou que “apesar de muitos progressos verificados nas últimas décadas, persiste ainda uma enorme desigualdade no mercado de trabalho”.

Para Vieira da Silva, as mudanças neste campo não estão a acontecer a um ritmo suficiente e necessário, destacando as diferenças no acesso ao

emprego e as acentuadas desigualdades nos rendimentos.

Nas palavras do ministro, as diferenças salariais têm uma “pesada tradução na esfera privada, mas não podem ser desligadas da esfera pública” e caberá à contratação colectiva assumir um “papel chave” neste domínio.





Em dia de aniversário para a central sindical, o ministro anunciou que estaria para breve a aprovação de uma proposta de lei para a redução das desigualdades salariais.

COMBATER AS DESIGUALDADES...

O Secretário-geral da UGT, Carlos Silva, fez questão de frisar que estas iniciativas pretenderam mediatizar o tema e contribuir para o fim da desigualdade entre homens e mulheres, nos mais variados quadrantes desde o acesso a cargos públicos à diferença salarial.

A sessão de abertura contou ainda com as intervenções de Rui Nunes, pro-

fessor catedrático da Faculdade de Medicina do Porto, Miguel Guimarães, Bastonário da Ordem dos Médicos, Edgar Loureiro, presidente do SINDITE, Lina Lopes, Presidente da Comissão de Mulheres da UGT, e Isabelle Oliveira, professora da Sorbonne Nouvelle.

...PROMOVER A IGUALDADE

O painel da conferência foi subordinado ao tema “A Igualdade de Género e a Cidadania”. Com moderação de Francisca Rêgo, da Faculdade de Medicina do Porto, teve como principal oradora a professora catedrática Teresa Pizarro Beleza, e intervenções de Cristina Prudêncio, Cristina Rodrigues, Dina Carvalho, José Neves, Marta Peneda, Paula Bernardo e Soraia Duarte.

A sessão de encerramento contou com Guilhermina Rego, professora da Faculdade de Medicina do Porto, e Lucinda Dâmaso, presidente da UGT. •



UNIÃO GERAL
DE TRABALHADORESUNIÃO GERAL
DE TRABALHADORES

SECRETARIADO NACIONAL

O.E 2018. APROFUNDAR O CAMINHO DA CONFIANÇA

texto Lúcia Macau

foto Renato Nunes

O Secretariado Nacional da UGT reuniu no passado dia 27 de Outubro, na sua sede em Lisboa e aprovou por unanimidade e aclamação a posição da central face ao Orçamento do Estado para 2018.

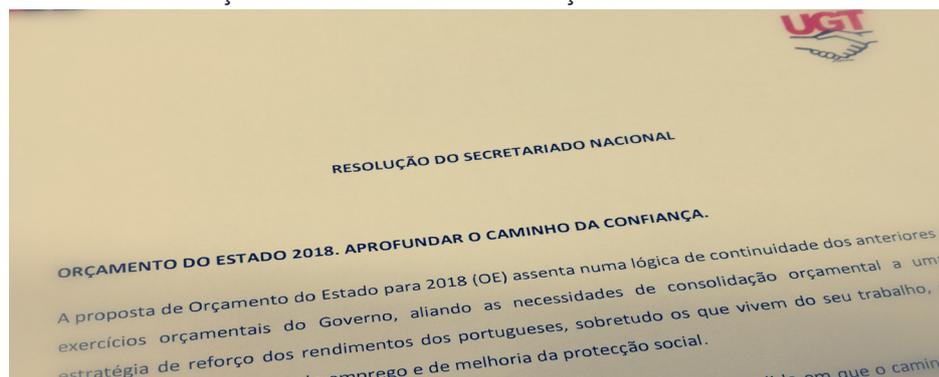
No documento, a UGT referiu que sendo este novo contexto o resultado claro de uma mudança de políticas, que apenas pecou por tardia, seria de esperar que o Orçamento do Estado para 2018 fosse mais ambicioso, intensificando a estratégia que vem sendo seguida, garantindo uma forte sustentabilidade do crescimento económico por via de níveis mais elevados de investimento público, de uma generalizada melhoria de rendimento, num quadro de reforço da coesão social, económica e territorial.

Para a central sindical, este OE deveria ser o momento adequado para dar a todos os trabalhadores portugueses um sinal de correcção de uma situação que continua muito injusta, não apenas porque não foram ainda totalmente revertidos os enormes sacrifícios exigidos, como não foram actualizados os escalões de IRS ou corrigido o peso excessivo deste imposto na carga fiscal global.

Em matéria de protecção social, a UGT saudou a aposta na actualização extraordinária de pensões, no aumento do valor mínimo de subsistência e no reforço do Fundo de Estabilização Financeira da Se-

gurança Social (FEFSS) por consignação de receitas do IRC, contudo considerou estarmos ainda longe de um O.E. que promova uma melhoria dos níveis de protecção social de todos os trabalhadores. deixando o interior – e sobretudo os territórios de baixa densidade – cada vez mais isolado.

Num momento em que as pessoas são confrontadas com a incapacidade de resposta em situações de calamidade e com os atrasos em fazer chegar ao terreno os apoios há muito anunciados, é necessário restaurar a sua confiança nas instituições.



No documento, os secretários nacionais consideram que em resultado de um intenso esforço e empenho de negociação das estruturas sindicais da Administração Pública da UGT, a proposta de O.E. 2018 entregue na Assembleia da República foi francamente mais favorável para os trabalhadores do que a versão preliminar avançada pelo Governo.

Entre as matérias que carecem de uma revisão cuidada, a UGT incluiu a situação específica dos educadores e professores, cujo processo de descongelamento de carreiras não prevê ainda a consideração de todo o tempo de serviço congelado, o que não pode deixar de ser corrigido. Uma atitude que a manter-se merecerá a incontornável contestação destes profissionais, que contará com o apoio da Central.

No texto aprovado, a central sindical não aceita que o Governo, na pessoa do Ministro da Educação, tenha recusado reunir com os nossos sindicatos para discutir as matérias de carreiras e progressões e, em particular as regras do seu descongelamento.

do Governo no sentido da promoção de um progresso económico e social sustentado.

INCÊNDIOS 2017. NADA PODE FICAR COMO ANTES !

A vaga de incêndios que assolou o País nos dias 15 e 16 de Outubro, causando 45 mortos, a perda de muitos postos de trabalho e incalculáveis prejuízos materiais, veio apenas enfatizar – de forma dramática – os problemas que os incêndios de Junho tinham já revelado, causando consternação e indignação por todo o País.

Independentemente das consequências políticas, importa agora sobretudo reagir com medidas que respondam não apenas aos problemas imediatos das populações atingidas, mas igualmente às fragilidades estruturais que há muito se vêm acumulando quer na área da política florestal e de ordenamento do território quer, de forma mais transversal, na política de coesão social e territorial, que vem deixando o interior – e sobretudo os territórios de baixa densidade – cada vez mais isolado.

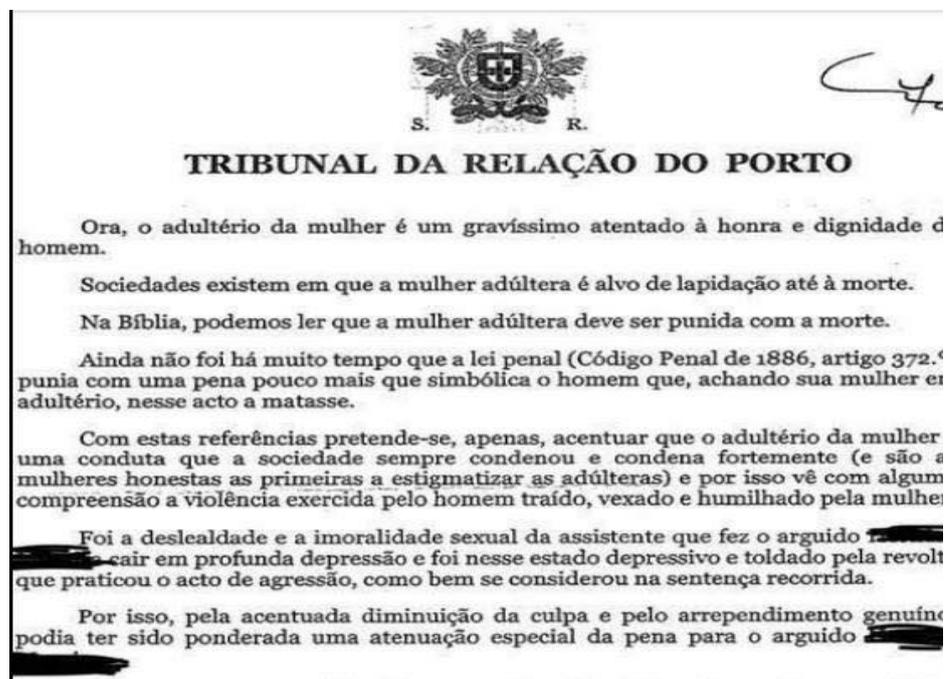
COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Ainda na reunião de Secretariado Nacional, foi aprovada uma moção apresentada pela Comissão de Mulheres sobre o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, que decidiu atenuar as penas de dois agressores sobre uma mulher, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

No documento, a UGT e a Comissão de Mulheres apelam às instâncias oficiais, Conselho Superior da Magistratura e Provedor de Justiça, principais defensores dos direitos dos cidadãos, dos princípios constitucionais e do Estado de Direito, que, no mais curto espaço de tempo, melhorem a formação e o sistema de avaliação dos juizes, para que casos como este sejam evitados no futuro.

A UGT e a Comissão de Mulheres reafirmam a sua convicção de que debater a Igualdade de Género continua a ser um imperativo de uma sociedade moderna, tanto mais quando se observam atentados contra os direitos das mulheres perpetrados por aqueles que as deveriam defender.

A UGT e a Comissão de Mulheres da UGT denunciarão este caso aos seus parceiros europeus reunidos na Confederação Europeia de Sindicatos e ao CESE (Comité Económico e Social europeu) e apresentarão uma exposição ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. •



Em suma, e numa apreciação global o O.E. 2018 não sendo o nosso orçamento e carecendo ainda de alterações em áreas de manifesta injustiça, se afigura à central sindical como credível e consistente com o que vêm sendo as opções de política

Num momento em que as pessoas são confrontadas com a incapacidade de resposta em situações de calamidade e com os atrasos em fazer chegar ao terreno os apoios há muito anunciados, é necessário restaurar a sua confiança nas instituições.

Leia a Resolução da UGT em <http://bit.ly/2wx9loH>

Leia a Moção da Comissão de Mulheres em <http://bit.ly/2F0xwzQ>

5º ENCONTRO NACIONAL DE JOVENS

COMISSÃO DE JUVENTUDE DEBATE OS DESAFIOS DO FUTURO

texto Tiago Kalidás foto UGT



A Comissão de Juventude realizou o 5º Encontro Nacional de Jovens, nos dias 21 e 22 de Outubro, no Centro de Férias do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), em Ferreira do Zêzere.

Com o lema “Combate à precariedade”, o encontro contou com a presença de vários convidados. A sessão de abertura esteve a cargo do Secretário-geral Adjunto, Luís Correia, e do Presidente da Comissão de Juventude, Carlos Moreira, a que se seguiu um workshop dedicado ao tema “Precariedade Laboral nos Jovens”, com o sociólogo e investigador do ISCTE-IUL, Pedro Estevão.

Durante a tarde, o Secretário-geral da FNE, João Dias da Silva, e o sociólogo, e investigador do centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Elísio Estanque, abordaram os “Desafios da acção sindical em contextos de precariedade”. As suas palavras foram enaltecedoras de iniciativas como esta a que veio assistir no Canadá, e que classificou como um “gesto de extremo humanismo e solidariedade”.

O Secretário-geral do SINDELCO, José Arsénio, e o Secretário Executivo, Bruno Teixeira, foram os oradores convidados do painel dedicado às “Novas formas de organização empresarial e os impactos para os direitos dos trabalhadores”. O encerramento do encontro foi feito pelo presidente e vice-presidente da Comissão de Juventude da UGT, Carlos Moreira e Ângela Filipe, respectivamente.

SINDICALISMO JOVEM

Antes do Encontro Nacional de Jovens da UGT, também as comissões de juventude organizaram os seus encontros, onde a precariedade no mundo laboral foi analisada e o futuro e as perspectivas para os trabalhadores mais novos foram renovadas

O Encontro Internacional da Juventude do Sindicato Nacional da Indústria e Energia (SINDEL) foi organizado em parceria com a Fundação Friedrich Ebert e decorreu nos dias 8 e 10 de Setembro, na Póvoa de Lan-

hoso. Entre os vários temas debatidos destacam-se o sindicalismo para os mais jovens, a juventude sindical em Portugal e na Europa e a contratação colectiva. O último dia de encontro contou com actividades de team-building, num claro reforço do espírito de grupo.

Por sua vez, a Comissão de Juventude do SBSI organizou o seu Encontro nos dias 6,7 e 8 de Outubro, no Vimieiro. Com um programa eclético, discutiram-se temas como a velocidade a que sindicalismo jovem



caminha, os desafios para o futuro, os riscos psicossociais e o assédio e discriminação no local de trabalho. Também nesta iniciativa foi desenvolvido o espírito de equipa, com actividades ao ar livre que fortaleceram os laços de solidariedade e entreajuda no grupo •



PLANOS PARA A IGUALDADE

COMISSÃO DE MULHERES PROMOVE A IGUALDADE E A LIDERANÇA

texto Vanda Fonseca foto UGT

A Comissão de Mulheres levou a cabo a 2ª edição dos Planos para a Igualdade no dia 24 de Novembro, desta vez sobre a questão da liderança na igualdade de género.

O Secretário-geral Adjunto lembrou ainda a resolução do último Congresso da central, onde se assume como “prioritário a promoção do acesso das mulheres a lugares de chefia, direcção e conselhos de administração das empresas, nomeadamente pela introdução de um critério de paridade, nos sectores público e privado”.

Esta acção de sensibilização que se destinou mais uma vez a negociadores sindicais, teve como convidada a autora de plano para a Igualdade, a académica Dália Costa, que na sua apresentação alertou para a importância da introdução destes planos nos sindicatos, no sentido de desenvolver uma atitude pró-activa, com estratégias de participação contrariando o modelo de promoção da mudança por imposição superior.

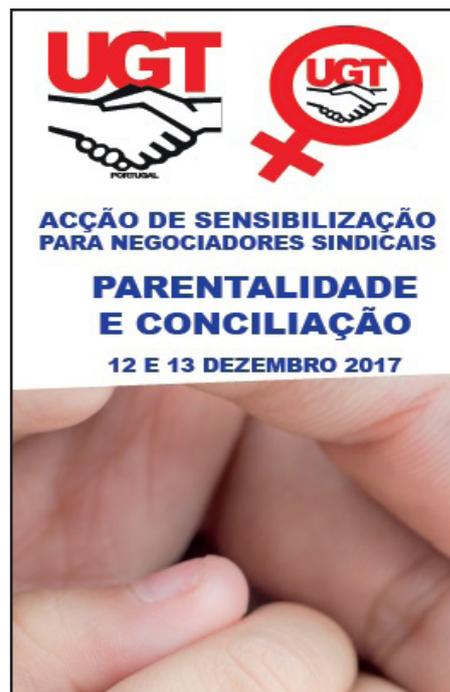
Nos painéis seguintes, um sobre linguagem inclusiva e outro sobre liderança os peritos convidados trouxeram, no primeiro caso exemplos práticos de formas de comunicação que proporcionem a inclusão da igualdade no tratamento do género na linguagem. Já o segundo perito, o professor Nelson Ramalho do ISCTE, apresentou aos dirigentes sindicais as várias formas de liderança e a génese para desigualdade.

O encerramento desta acção esteve a cargo da Presidente da Comissão de Mulheres, Lina Lopes, que mais uma vez alertou para a necessidade de uma acção concreta por parte de cada um dos presentes para uma mudança no campo das mentalidades, de forma a tornar a igualdade de género uma realidade nas organizações sindicais. •



A sessão de abertura esteve a cargo do Secretário-geral Adjunto, Luís Correia, que no seu discurso afirmou que a questão da igualdade de género no trabalho e o acesso a cargos de liderança ainda lhe parece longínquo, pelo que a “UGT reconhece a importância de planear uma mudança orientando-a no sentido da promoção da igualdade de género”. Para o dirigente sindical “a mudança é necessária e deve ser desenvolvida através de estratégias de participação”.

Em relação à implementação de planos de igualdade nos sindicatos, o dirigente sindical aplaudiu esta iniciativa da Comissão de Mulheres e agradeceu à Prof.ª Dália Costa que colabora com a UGT na elaboração destes planos da igualdade, considerando ser uma aposta no investimento na promoção de uma igualdade efectiva.



4º CONGRESSO EUROCADRES

ELIZABETH BARREIROS ELEITA PARA COMISSÃO EXECUTIVA DO EUROCADRES

texto Vanda Pina foto D.R



O 4º Congresso do Eurocadres decorreu entre os dias 30 e 31 de Outubro, em Bruxelas, sob o lema “Unidade na diversidade” (European Union Unity).

A UGT fez-se representar pela nova presidente da Ala de Quadros, Elizabeth Barreiros, eleita no Congresso para integrar a Comissão Executiva desta organização sindical dedicada à defesa dos técnicos e quadros de empresas. O sueco Martin Jefflén foi reeleito presidente.

O Eurocadres nasceu em 1993 e tornou-se uma realidade através de acções de sensibilização e trabalho conjunto com organizações, membros e parceiros de cooperação.

OS ELEITOS NO EUROCADRES

A Comissão Executiva para o mandato 2017-2021 é composta por representantes das federações sindicais a nível nacional. A actual composição eleita neste congresso é a seguinte:

Sandra Vercammen (Bélgica); Mladen Joja (Croácia); Thomas Hoelgaard (Dinamarca); Lotta Savinko – Vice-Presidente (Finlândia); Ute Meyenberg – Vice-Presidente (França); Enikő Tóth – Vice-Presidente (Hungria); Luciano Malvolti – Vice-Presidente (Itália); Hugues Cremer (Luxemburgo); Nina Henriksen (Noruega); Marian Krzaklewski (Polónia); **Elizabeth Barreiros (Portugal)**; Radu Minea (Roménia); Paula Ruiz Torres – Vice-Presidente (Espanha); Martin Jefflén – Presidente (Suécia) e Bob van de Waal (Holanda).

O Congresso que reúne de quatro em quatro anos, apresentou no seu programa para o mandato 2017-2021 e delineou as principais acções e políticas a seguir e que integração as seguintes temáticas: digitalização do sector financeiro, criação de mecanismos de protecção de autores de denúncias de fraudes danosas, riscos psicossociais e reconhecimento das qualificações profissionais.

Durante o Congresso foram aprovadas também três resoluções: “Unidade na Diversidade”, “Equilíbrio na vida profissional” e “Protecção do denunciante à escala da EU”, tendo-se procedido igualmente a uma revisão estatutária. •

ALA DE QUADROS NA UGT

A Ala de Quadros na UGT é composta pelos seguintes elementos:

Presidente–Elizabeth Barreiros (SBSI)
Vice-Presidente–Ilda Martins (SBN)

Efectivos

Joaquim Lúcio Messias (SPZC)
Nuno Carvalho (SBC)
João Ramalho (FNE)

Suplentes

Ana Paula Pereira (SOJ)
Óscar Antunes (SITEMA)
José Edgar Loureiro (SINDITE)
Luís Santos (SITESE)
Víctor Santos (SINTAP)

NOVO SECRETARIADO DA ALA DE QUADROS

A primeira reunião da Ala de Quadros decorreu no dia 14 de Outubro de 2017 e centrou-se, principalmente, num debate aberto e transparente sobre a situação actual dos Quadros nos diferentes sectores de atividade.

Esta discussão permitiu concluir que a Ala de Quadros deverá, em primeiro lugar, definir a sua área de atuação, de forma a situar-se em termos de assessoria ao secretariado da UGT. Para esse efeito, será feito inicialmente um diagnóstico concreto sobre a situação do sector dos Quadros a nível nacional. •

CONFERÊNCIA SINDICAL

"A PROTECÇÃO SOCIAL NAS CONVENÇÕES COLECTIVAS"

texto Miguel Marques foto UGT

A UGT realizou no passado dia 22 de Novembro, uma conferência sindical que se debruçou sobre as questões de protecção social contempladas nas convenções colectivas de trabalho.

A sessão de abertura esteve a cargo do Secretário-geral da UGT, Carlos Silva, que no seu discurso afirmou que as questões relativas à negociação colectiva e ao seu desbloqueamento preocupam os sindicatos nos mais variados sectores. “Como desbloquear a negociação colectiva? Com a alteração da legislação laboral ou com uma proposta do Governo que leve os empregadores a encetar negociações para o desbloqueamento da negociação colectiva?”, questionou Carlos Silva.

Para o líder da UGT é necessário desbloquear um conjunto de instrumentos “pervertidos” aquando a intervenção da Troika e dar seguimento às questões acordadas no Compromisso Tripartido para um Acordo de Concertação de Médio Prazo, assinado entre as confederações patronais e a UGT, em janeiro do ano passado, e às matérias vertidas no Livro Verde das Relações Laborais.

Carlos Silva abordou também a questão do salário mínimo e reafirmou a proposta da central de aumento do salário mínimo para os 585€ já em janeiro de 2018. O líder sindical lembrou que o Orçamento do Estado já devolveu alguns rendimentos, e defendeu que o crescimento do salário mínimo deve ser contínuo, de forma a chegar pelo menos aos 600€ em 2019. Carlos Silva reafirmou que há que manter a pressão e empurrar os

restantes salários próximos do salário mínimo para cima, e é aqui que o papel da negociação colectiva se revela fundamental.

Na sessão de abertura interveio ainda o Secretário-geral Adjunto, Sérgio Monte, também ele coordenador do Departamento de Negociação Colectiva da central sindical, que no seu discurso reforçou a questão do aumento do salário mínimo, que tem vindo a comprimir os restantes salários e da necessidade de que o mesmo seja actualizado ao nível da inflação. Abordou também a questão da Segurança Social e da necessidade de serem discutidas as questões que envolvem este sistema de forma a que a sua sustentabilidade seja assegurada.

O primeiro painel da conferência teve como convidado o coordenado do Relatório Anual da Negociação Colectiva elaborado pelo Centro de Relações Laborais, Pedro Furtado Martins, que na sua análise se debruçou sobre a protecção social existente nas convenções, centrando a sua abordagem no ano de 2016. Esta é uma matéria onde existe pouca representação no ano em questão, pelo que será necessário proceder-se a uma análise plurianual de forma a se retirarem conclusões mais seguras sobre a abrangência de cláusulas de protecção social na negociação colectiva.



Ainda durante o período da manhã teve lugar um painel onde foi apresentado um estudo UGT/CAPGEMINI onde foi feita uma análise comparativa sobre os vários modelos de regimes de iniciativa colectiva existentes em alguns países europeus. O principal ponto de realce deste estudo é a existência de uma prática comum destes regimes nos países nórdicos, situando Portugal abaixo da média europeia.

No período da tarde o painel foi dedicado exclusivamente à experiência sindical, com dirigentes sindicais de vários sectores a apresentaram as suas experiências, a realidade e as boas práticas existentes nas mais variadas empresas no que se refere à protecção social existente nas convenções colectivas negociadas •



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL "FUTURO SOBRE A EUROPA"

UGT PROMOVE DEBATE SOBRE O FUTURO DA EUROPA

texto Vanda Fonseca foto UGT



Adriano Moreira e António Vitorino foram os dois oradores convidados pela UGT para intervirem na conferência internacional sobre o "Futuro da Europa, que teve lugar, no passado dia 11 de Outubro, no auditório da sede da UGT, em Lisboa.

O evento contou com três comentadores internacionais Gabriele Bischoff (Presidente do Grupo dos Trabalhadores do Conselho Económico e Social Europeu [CESE] e responsável pelo Departamento de Política Europeia da DGB – Confederação Sindical Alemã), Erich Foglar (Presidente da OGB – Confederação Sindical Austríaca) e Karl-Petter Thorwaldsson (Presidente da LO-Sweden – Confederação Sindical Sueca).

Na abertura da conferência, Carlos Silva, Secretário-geral da UGT, leu uma mensagem endereçada à central pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa sobre o futuro da Europa, onde destacou a questão da economia e do mercado social. No seu discurso, Carlos Silva lembrou ainda a importância do diálogo social para a UGT e sublinhou que "se não formos bem-sucedidos nesse capítu-

lo, os trabalhadores é que sofrerão as consequências", concluindo que "estar ao serviço dos trabalhadores é estar ao serviço do País".

Seguiu-se a intervenção de Gonçalo Lobo Xavier (Vice-Presidente do CESE) que realçou que ao longo da sua vida aprendeu que "a construção da Europa não se pode fazer sem diálogo social" entre as confederações sindicais e patronais e que os parceiros sociais têm especial importância na construção do futuro da Europa, "devemos estar orgulhosos com a história das conquistas europeias e a Europa precisa de um diálogo social profícuo e duradouro, acrescentou.

Coube a João Dias da Silva, Vice-Presidente da UGT e membro do CESE, a introdução dos dois oradores convidados: Adriano Moreira e António Vitorino.

No seu discurso, Adriano Moreira, fez uma resenha histórica desde o início do século XX e salientou que a Europa está a precisar de algumas fontes de esperança, destacando que o "imprevisto está à espera de uma oportunidade".

O professor recordou os três grandes pioneiros da unificação, Robert Schuman, Konrad Adenauer

e Alcide De Gasperi, frisando que vivemos um ambiente obscuro, a que se juntaram, entre outras, as inquietações de Espanha do Reino Unido, a incerteza da governação do Trump e a questão da Coreia do Norte.

"O populismo que varre hoje a Europa é muito perigoso", avisou Adriano Moreira, e fez referência por duas vezes as palavras do Papa Francisco. "O nosso grande problema é que conhecemos as consequências do globalismo, mas não são as suas causas. Sofremos muito porque as nossas fronteiras são o globalismo e não a segurança."

Outro grande perigo, nas palavras de Adriano Moreira, é que não temos um Ciência com consciência, e sendo gravíssimo para a Europa "o facto de os países estarem a apelar à sua memória e a fazer renascer os mitos raciais". Para Adriano Moreira, à míngua de dinheiro do Orçamento do Estado para a Defesa, os nossos militares estão a usar a estratégia do Saber e "o poder do verbo é bem capaz de vencer o verbo do poder", afirmou.



Seguiu-se António Vitorino que realçou existência de várias questões que criaram clivagens que se podem eternizar nos Estados-Membros, mas “não há perdedores, nem ganhadores permanentes no projecto europeu”, existindo agora, no seu entender, um novo fôlego com os resultados das eleições em França e na Alemanha.

Na sua opinião, um sólido acordo franco-alemão é essencial para o futuro da Europa, sendo ainda necessário “optimizar o Tratado de Lisboa naquilo que ele permite”, uma vez que para a legitimidade do projecto europeu faz falta a adesão dos cidadãos, da sociedade civil. “Os tecnocratas e o micro-clima de Bruxelas não chegam”, alertou.

A legitimidade refere António Vitorino, não se esgota no Parlamento Europeu, pois o défice democrático começa no interior de cada estado-membro.

“Receio que a narrativa europeia esteja hoje mais centrada nos ganhadores da globalização, e não nos perdedores”. E exemplifica: “Quantos cidadãos europeus beneficiam da tarifa de roaming? Isto é uma questão totalmente irrelevante, que só interessa a uma elite que se move. O futuro da Europa tem de ser o de proteger os cidadãos, mas sem ser protecionista”.

António Vitorino citou de seguida quatro factores críticos para um crescimento de 2%, tão necessário para o modelo social europeu: 1) A população (que requer 25 anos para uma viragem); 2) Um problema de produtividade de empresários e trabalhadores (para o qual é necessário uma boa concertação social nacional e europeia); 3) inovação (“a Europa é boa a fazer Ciência com

dinheiro, mas não a fazer dinheiro com a Ciência”; 4) O bom funcionamento do modelo social económico (para o qual são necessários a reforma do Mercado interno e o reforço da União Económica e Monetária – ambos requerem um acordo franco-alemão).

Outro desafio apontado por António Vitorino é o dos migrantes e refugiados. Sobre este tema, o orador referiu que a Comissão Europeia tem uma cultura de resolver as coisas sob pressão e o imprevisto gera imprudência. Para António Vitorino o problema “é que depois temos de andar a correr atrás do prejuízo. E o imprevisto chama-se: crise” concluiu.

Gabriele Bischoff, Presidente do Grupo dos Trabalhadores do CESE, sublinhou que se não formos bem-sucedidos no diálogo social a factura recairá nos trabalhadores.

Esta foi uma ideia partilhada de seguida por Erich Foglar, Presidente da OGB (Áustria) que mencionou os perigos e as oportunidades da digitalização.

“Não temos muito tempo para nos prepararmos e o pior é que não es-

tamos preparados para as mudanças da digitalização, que estão agora a acontecer, porque não temos respostas éticas, nem respostas para um modelo social neste mundo digital”.

Karl-Petter Thorwaldsson, Presidente da LO-Sweden, revelou que 45 por cento dos suecos consideram que o país está num mau caminho, embora tenham boas condições de vida e um crescimento de 4 por cento ao ano.

“Aqui é que precisamos da Europa”, salientou. “Os direitos dos trabalhadores devem valer tanto como o direito à mobilidade. Precisamos com urgência de dar esperança aos europeus”.

O encerramento desta conferência internacional esteve a cargo da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Ana Paula Zacarias, e da Presidente da UGT, Lucida Dâmaso •



SEMINÁRIO

VULNERABILIDADE DOS IDOSOS Em defesa dos seniores

2 de Dezembro de 2017

Entrada livre

Agradecemos confirmação de presença para o mail: frenteativa.vamos@gmail.com ou telemovel: 937 254 836

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

- Agora passem à acção

texto Nuno Correia foto ETUC

Decorreu no passado dia 17 de Novembro, pela primeira vez, em mais de 20 anos, a Cimeira Social para o Emprego Justo e Crescimento na União Europeia. Desta reunião em Gotemburgo, na Suécia, saiu o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, uma declaração assinada por todos os estados-membros e da qual se espera que venha a ser mais do que uma declaração de princípios.

O Pilar Social assenta em 20 princípios-chave que garantem um funcionamento mais justo e eficaz dos mercados de trabalho e dos sistemas de protecção social. Os princípios e os direitos consagrados no Pilar estão estruturados em três categorias: a igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; condições de trabalho justas; protecção e inclusão social.

A UGT juntou a sua voz à posição da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), e espera que as palavras inscritas neste documento se traduzam em políticas e leis efectivas que façam a diferença na vida dos trabalhadores europeus.

Esta foi uma luta do movimento sindical. A Europa finalmente passou da austeridade para os direitos sociais e a solidariedade. Já é tempo de restaurar o modelo social europeu, que foi desmantelado por uma década de austeridade, e refazer uma "economia social de mercado", onde os direitos sociais não são anulados pelas liberdades económicas.

Espera-se que a assinatura formal deste documento seja seguida de uma forte impulso para a implementação de acções concretas por parte de cada estado-membro, esta-



belecendo novas iniciativas legislativas e políticas que efetivem os direitos contidos no Pilar Social.

O movimento sindical europeu espera que um pacote de novas leis com novos direitos, incluindo:

- Um acordo ambicioso para a revisão da Directiva relativa ao destacamento de trabalhadores, garantindo que o princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual seja plenamente respeitado em toda a Europa;

- Uma nova directiva relativas às licenças de parentalidade e de cuidadores de forma a melhorar a igualdade de género no mercado de trabalho e a conciliação entre trabalho e vida pessoal;

- Uma revisão da Directiva de Declaração Escrita e uma directiva sobre o acesso universal à protecção social, que conduzam a mais e melhores direitos e a condições de trabalho mais justas para todos os trabalhadores europeus, independentemente do seu vínculo laboral, incluindo trabalhadores precários, plataforma e trabalhadores independentes;

- Uma Autoridade Europeia do Trabalho que combata os abusos e a fraude transfronteiriças e ajude as autoridades públicas e os parceiros sociais a realizar um diálogo social e uma negociação colectiva sólidos, de forma a resolver disputas a nível transnacional e a gerir uma transição justa para uma economia de baixo carbono, e uma concorrência mais justa na digitalização e globalização;

- Recomendações políticas e económicas, no âmbito de um Semestre Económico e Social Europeus renovados, que reflitam os princípios do Pilar Social e não apenas as regras fiscais e orçamentais.

Os sindicatos europeus marcaram presença na Cimeira social da União Europeia em Gotemburgo, com um evento da Confederação Sindical Europeia (CES) e delegações sindicais que participaram de uma Cúpula Social Tripartida Extraordinária e da Cúpula Social. A UGT fez-se representar neste evento pelos Secretários Executivos, José Cordeiro e Bruno Teixeira •

UGT lança estudo de avaliação de riscos psicossociais na Administração Pública e Sector Empresarial do Estado

texto Maria Vieira

foto Renato Nunes



O A UGT deu, no passado dia 9 de outubro, o pontapé de partida para a elaboração de um estudo que permitirá conhecer os principais stressores e fatores de riscos psicossociais na Administração Pública, Central e Local, e no Sector Empresarial do Estado.

O Departamento de Segurança e Saúde da UGT tomou a iniciativa e pediu ajuda ao perito em avaliação e prevenção de riscos psicossociais e membro da Ordem dos Psicólogos, Samuel Antunes, para coordenar este estudo cujo resultado final será divulgado pelos sindicatos representativos do sector e, eventualmente, pelos organismos competentes da Administração Pública permitindo alterar modelos e práticas organizacionais diariamente identificados como causas ativas e fatores de riscos psicossociais.

Campanha para a Eleição de RT em SST

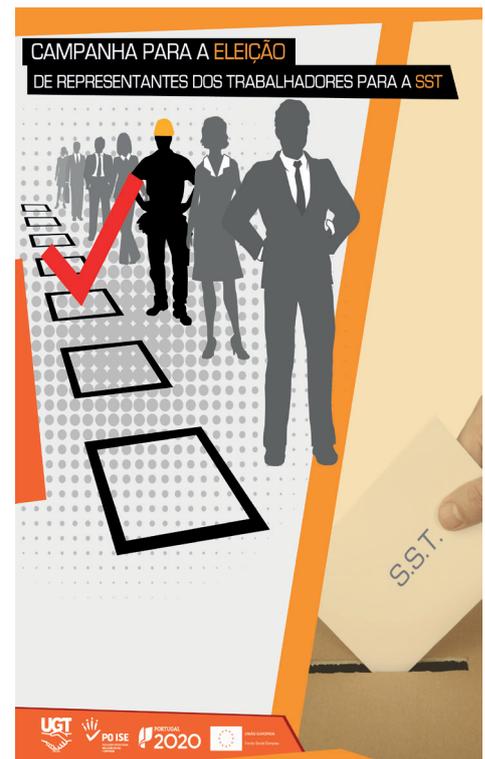
O Departamento de SST da UGT tem estado presente em várias iniciativas por todo o País na divulgação da Campanha para a Eleição de Representantes dos Trabalhadores para Segurança e Saúde no Trabalho.

A campanha que tem como objectivo desencadear processos eleitorais nesta área, arrancou no passado dia 19 de Outubro, e tem contado com a participação de todas as uniões distritais.

A eleição dos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho (RT SST) constitui uma prioridade da UGT, na medida em que estes agentes da prevenção constituem um elemento chave para a promoção de melhores condições de Segurança Saúde nos locais de trabalho.

A participação dos trabalhadores e trabalhadoras no domínio da Segurança e da Saúde não constitui apenas um Direito, é um pressuposto fundamental para garantir a eficácia da gestão da Segurança e da Saúde no Trabalho por parte dos empregadores.

Esta atividade deve ser encarada pelos sindicatos como uma prioridade na ação, pois, assim, contribuiremos para tornar os locais de trabalho mais seguros e saudáveis •



Dez mil professores no Parlamento contra as medidas do Governo

texto Lúcia Macau

foto FNE

Foram mais de dez mil os professores e educadores que se concentraram no passado dia 15 de Novembro, frente à Assembleia da República, no dia em que estava a ser discutida na especialidade a proposta do Orçamento do Estado para 2018 na Educação, que não prevê que seja contado o tempo de trabalho realizado pelos docentes durante o congelamento de carreiras (entre 31 de agosto de 2005 e 31 de dezembro de 2007 e entre janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017).

Esta manifestação coincidiu com uma greve nacional de professores, convocada por todos os sindicatos do sector e que foi um outro claro sinal dado por professores e educadores do descontentamento relativamente a uma proposta que claramente os desconsidera e não respeita.

A marcha da FNE em direção ao Parlamento começou no Largo Vitorino Damásio, em Santos e contou com a presença do Secretário-Geral da UGT, Carlos Silva, acompanhado de uma delegação vasta da Central Sindical.

Aos milhares de docentes presentes, chegados de todo o país, Carlos Silva fez questão de dizer que a sua presença demonstra um apoio inequívoco ao protesto e que toda a reivindicação quanto ao descongelamento "é justa e legítima" dizendo ainda que "a UGT valoriza muito a possibilidade que o Governo abre de poder haver um entendimento e uma solução negociada pois isso demonstra que os professores têm razão. Não se pode apagar nove anos de trabalho e carreira assim".

Os dez mil docentes presentes em frente às escadarias do Parlamento aprovaram uma resolução por unanimidade para recuperação dos mais de nove anos de serviço em que as carreiras estiveram congeladas. É ex-

igida a contagem na totalidade do tempo de serviço que cumpriram para efeitos de reposicionamento e progressão na carreira, reforçando no documento "que estão abertos à negociação de uma recuperação faseada do tempo em que a carreira esteve congelada", acrescentando que, no entanto, estão indisponíveis para a perda, ainda que parcial, de anos de serviço que foram cumpridos com "inegável e reconhecido mérito".

Na resolução, os professores recusam "qualquer tipo de discriminação em relação a outras carreiras da administração pública" e referem ainda outras exigências, estas ligadas à aposentação, horários de trabalho e com a vontade para aprovação de "um regime justo e transparente de concursos para todos os docentes".

Já o Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, referiu a abrir o discurso no palco instalado em frente ao parlamento "que os professores não aceitam perder um dia de todo aquele que nos foi congelado" acrescentando ainda que "se hoje estamos aqui dez mil e se nas escolas temos uma greve com números acima dos 90% de adesão, o Governo não pode ficar surdo".

O representante máximo da FNE atirou ainda que "dizem que não há dinheiro, mas ninguém perguntou aos trabalhadores, aos professores portugueses se podiam ficar a viver com salários reduzidos durante tanto tempo. Aplicaram e aguentámos. Basta de injustiças", disse com a convicção de que o que estão a fazer "é destruir a carreira dos professores e educadores portugueses se este tempo não for contabilizado. É preciso que ali na Assembleia os deputados ouçam que têm de recolocar os docentes no ponto de carreira a que têm direito em função do tempo de serviço que prestaram", dizendo que é tempo de dizer "basta deste desrespeito e desconsideração pelos professores"



Carlos Silva declarou que foi a determinação de todos os professores e educadores do País que levou à retoma das negociações com o Ministério da Educação. "O Governo abriu as portas para a negociação, essa porta foi aberta com a vossa determinação em manter a greve. Pela vossa decisão em se concentrarem aqui hoje", acrescentou.

O líder da UGT finalizou dizendo que união de todos os professores e educadores é um exemplo para outros sectores que "necessitam de uma demonstração daqueles que tiveram a capacidade de se unir para defender a sua vida, o seu futuro, e a qualidade da democracia".



Veja o vídeo da manifestação dos professores em: <http://bit.ly/2CvImw8>



SINDEL: Trabalho e proximidade, duas faces de uma atitude

texto SINDEL

Na área da **Energia**, de salientar que o SINDEL, chegado há seis meses ao setor energético açoriano, está em vias de conseguir alargar a contratação coletiva à quase totalidade do Grupo EDA. Este desiderato, alcançado através de diálogos intensos e abertos com os trabalhadores e a administração da empresa, vai trazer vantagens de há muito esperadas e que a própria empresa considera, fulcrais para a regulação das relações de trabalho – sempre um fator de estabilidade e paz social.

Na **Indústria**, é de salientar o modo como decorreram as negociações que vão permitir, a breve prazo, o estabelecimento de um Acordo Coletivo de Trabalho no Grupo CABELTE. Embora decorrendo em mesas separadas (SINDEL numa; SITE-NORTE noutra) – foi possível chegar a um documento unanimemente

aceite por todas as partes interessadas. O SINDEL, aliás, congratula-se com os sinais evidentes da existência de uma vontade de defesa dos direitos dos trabalhadores – que aqui se sobrepõem inequivocamente às habituais fissões e divergências. Um muito bem-vindo caso de estudo, diríamos, na nossa já longa experiência em matéria de contratação coletiva.

Os setores das **Águas e Ambiente** continuam a levantar alguns problemas à ação do SINDEL, com negociações intermitentemente paradas por motivos estranhos à nossa vontade. Esperamos, contudo, conseguir a curto-prazo mover as nossas influências no sentido de ultrapassar estas paragens crónicas em negociações que tinham tudo para ter já chegado a bom termo.

Transversal a todos os setores em que se movimenta, o SINDEL tem a questão da precariedade no trabalho como forte preocupação, já que esta – praticada por grandes e pequenas empresas, que assim maximizam os seus lucros – constitui o maior ataque à dignidade dos trabalhadores e é a base de uma sociedade em que imperam a insegurança, o medo e as condições de assédio mais abjetas, intoleráveis num país desenvolvido no século XXI. Entre as várias formas de consciencialização e luta contra este estado de coisas, o SINDEL está a desenvolver contactos com trabalhadores nestas condições e empresas identificadas como tendo esta prática para preparar o acionamento das ferramentas legais adequadas à debelação desta indesejável “epidemia”, que vem contaminando todos os setores em que operamos •

Plano de reestruturação do Novo Banco não prevê redução de efectivos como antes

texto FEBASE



A Federação do Sector Financeiro reuniu-se dia 31 de Outubro com a Administração do Novo Banco, a quem tinha solicitado um encontro para debater o processo de transição da instituição, cuja venda à

norte-americana Lone Star foi concluída no dia 10 do mesmo mês.

A administração do banco adiantou à FEBASE que o plano de reestruturação, que tem um prazo de quatro anos, implicará o encerramento de algumas actividades e uma redução de custos com pessoal, mas assegurou que não tem qualquer intenção de repetir os processos anteriores que levaram à saída de muitos trabalhadores.

As eventuais saídas de trabalhadores decorrerão de acordo com os habituais processos, como reformas antecipadas, e respeitando o diálogo com os trabalhadores e os Sindicatos.

Entre as informações prestadas pela administração, nada de relevante foi afirmado para deixar a FEBASE preocupada.

Igualmente positivo é o facto de o Novo Banco deixar de ser um banco de transição para voltar a integrar o sistema financeiro português, no cumprimento pleno de todas as normas.

Por fim, a administração do banco elogiou o empenho e o esforço dos trabalhadores, que considerou decisivo para o regresso do Novo Banco ao sistema bancário •

UGT NO TERRENO

A AJUDA NÃO PODE ESPERAR!



UNIÕES DA UGT AO LADO DAS POPULAÇÕES

Uniões renovam os seus órgãos sociais

textos Inês Possante fotos Uniões



III Congresso da UGT-Coimbra elege novo Presidente

Realizou-se, no passado sábado, dia 11 de novembro o III Congresso da UGT Coimbra, no qual Jacinto Santos, do SINTAP, foi eleito presidente, sucedendo a Gonçalo Mendes.

Com este congresso os sindicatos elegeram os novos órgãos estatutários e aprovaram o novo programa de ação a desenvolver no próximo quadriénio 2017/2021, no sentido de desenvolverem uma nova dinâmica de intervenção sindical na região •

III Congresso da UGT-Setúbal reelege Rui Godinho como Presidente

A UGT- Setúbal realizou o seu III Congresso, no passado sábado, (18 de novembro) que reelegeu Rui Godinho como o Presidente da União distrital.

No discurso de encerramento dos trabalhos, o Secretário-geral da UGT, Carlos Silva, afirmou que as negociações do Governo com os professores abrem caminho à negociação para a reposição de direitos de todos os outros trabalhadores da Administração Pública.

"Vai custar dinheiro, mas isso agora depende da forma como for negociado com o governo e toda a gente está ciente de que é necessário fazer ao longo do tempo, ao longo dos anos. Fechar a porta a uma qualquer negociação é que, na nossa ótica, seria um erro, porque o que está aqui em causa é um princípio básico da negociação coletiva", acrescentou.

Para o secretário-geral da UGT, com o atual governo abriu-se uma expectativa de reposição de direitos dos trabalhadores que foram suspensos ou congelados durante os últimos anos, mas que é preciso compaginar com os compromissos internacionais, com o crescimento da economia, com a dívida pública e com o défice.

No final, o líder da UGT deixou também apelo ao ministro da Saúde para não deixar que se prolongue a greve por tempo indeterminado dos técnicos de diagnóstico e terapêutica •



III Congresso da UGT-Portalegre elege uma mulher como Presidente

O III Congresso da UGT-Portalegre que decorreu este sábado no Centro de Formação Profissional do IEFP na Zona Industrial de Portalegre elegeu Maria de Fátima Queiróz Alves



A presidente eleita, que sucede a Chambel Tomé afirmou no seu discurso que tudo fará em prol do distrito, assumindo o compromisso de ser "uma voz interventiva" na procura de soluções para a criação de emprego.

Fátima Alves acrescentou ainda que irá continuar a lutar pela defesa dos trabalhadores, pela igualdade de género e pela igualdade salarial.

A sessão de encerramento contou também com a presença do Secretário-geral da UGT, Carlos Silva que demonstrou o seu regozijo pela eleição de uma mulher para a dirigir a estrutura sindical durante os próximos quatro anos.

O líder da UGT lembrou ainda ao Governo que as regiões do interior como Portalegre "precisam de mais atenção" e instou o Executivo de António Costa a não fechar mais organismos públicos no interior e a promover incentivos às empresas para que fixem no distrito •

Consulte os novos
órgãos sociais das
Uniões em:
<https://goo.gl/8E5dtd>





AGENDA Dezembro

2	Seminário "Vulnerabilidade dos Idosos - Em Defesa dos Séniores" - Lisboa
5	Reunião CPCS
7-9	Congresso Internacional "Lusofonia e Francofonia : duas potências mundiais" - Paris
15	Reunião do Grupo de Trabalho da Negociação Colectiva
18	Conferência FNE - Fortalecimento das Uniões UGT - Lisboa
19	Campanha para Eleição de Representantes dos Trabalhadores para SST - Lisboa
21	Secretariado Nacional UGt - Pedrogão Grande
21	Apres. do Livro "A UGT na história do movimento sindical português" - Pedrogão Grande
22	Congresso SINDCES - Aveiro

CONFERÊNCIA ORGANIZAÇÃO 2017

18 DEZ 2017
LISBOA
AUDITÓRIO DA UGT

FORTELECIMENTO DAS UNIÕES UGT
O CONTRIBUTO DA FNE E DOS SEUS SINDICATOS

fne UGT

UGT

"A UGT NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS (1990-2010)"

SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DO II VOLUME DO LIVRO DA UGT
CASA MUNICIPAL DA CULTURA DE PEDROGÃO GRANDE
21 DE DEZEMBRO DE 2017

Cofinanciado por:

POISE
PORTUGAL 2020
UNÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

FEBASE
federação do setor financeiro



Unidos na defesa dos **trabalhadores** do setor financeiro